

FACULDADE DE DIREITO UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO DO AMBIENTE PROGRAMA (T-DIA)

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

Aprendizagem teórica do Direito Ambiente, focada no domínio da atuação pública ambiental, sempre tendo em vista a sua aplicabilidade prática.

COERÊNCIA ENTRE CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

O programa visa fornecer um conhecimento genérico e aprofundado dos conceitos essenciais do Direito do Ambiente, de forma a permitir que os estudantes sejam capazes de enfrentar os problemas da vida prática deste “ramo de direito verde”.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Método A – A nota de avaliação contínua resulta da combinação dos seguintes elementos: realização de trabalhos e participação em aulas práticas; participação ativa no blog da disciplina (pelo menos três “posts”), participação na simulação de julgamento de um caso prático. A nota de dispensa do teste de avaliação contínua e de aprovação à disciplina é de 10 valores.

Método B – Prova escrita e oral. A nota de 10 valores na prova escrita permite a aprovação na disciplina.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

I – AMBIENTE E DIREITO. VERDES SÃO TAMBÉM OS DIREITOS DO HOMEM

- 1- A proteção do ambiente como questão política da atualidade. Dos movimentos sociais às novas leis de proteção do ambiente
- 2- A defesa do ambiente como problema jurídico
 - 2.1- Verdes são também os Direitos do Homem. A proteção jurídica subjetiva do ambiente
 - 2.2- O Estado Pós-social como “Estado de Ambiente”. A dimensão objetiva da proteção ambiental
 - 2.3- Direito fundamental ao Ambiente e proteção objetiva da Natureza. Em busca de um antropocentrismo ecológico

- 3- As fontes do Direito do Ambiente. A multiplicidade de fontes e o problema da codificação. A Lei de Bases do Ambiente
- 4- O problema da autonomia do Direito do Ambiente como disciplina jurídica. As diferentes perspetivas de abordagem e a multidisciplinaridade do Direito do Ambiente
- 5- O “posto de observação” ius-ambiental escolhido: o Direito Administrativo do Ambiente

II – DA CONSTITUIÇÃO VERDE PARA AS RELAÇÕES JURÍDICAS MULTILATERAIS DE AMBIENTE

- 1- Os princípios constitucionais em matéria de ambiente
 - 1.1- Os princípios fundamentais da prevenção, do desenvolvimento sustentável, do aproveitamento racional dos recursos naturais e do poluidor-pagador
 - 1.2- Sentido e alcance dos princípios jurídicos ambientais em face da Administração
- 2- O direito ao ambiente como direito fundamental
 - 2.1- A dupla natureza do direito ambiente como direito subjetivo e como estrutura objetiva da coletividade
 - 2.2- O alargamento dos direitos subjetivos públicos e as relações jurídicas de ambiente
- 3- As relações jurídicas multilaterais de Direito do Ambiente
- 4- Os sujeitos das relações administrativas ambientais
 - 4.1- Sujeitos privados
 - 4.2- Sujeitos públicos
 - 4.3- Especificidades da situação jurídica dos animais

III – AMBIENTE DE PROCEDIMENTO. PROCEDIMENTO DE AMBIENTE

- 1- Procedimento e participação ambientais
- 2- A participação no procedimento legislativo de ambiente
- 3- A participação no procedimento administrativo para defesa do ambiente
 - 3.1- Os direitos de participação nos procedimentos administrativos ambientais de massa e nos de reduzido número de afetados
 - 3.2- Em especial, o direito de audiência
- 4- O procedimento administrativo de avaliação do impacto ambiental

IV – VERDE AGIR: FORMAS DE ACTUAÇÃO ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL

- 1- A licença ambiental e os procedimentos complexos de licenciamento da atividade económica
- 2- A contratação pública em matéria de ambiente
 - 2.1- A contratação pública verde (“green public procurement”)
 - 2.2- O caso dos contratos de promoção e de adaptação ambiental
- 3- Os instrumentos de mercado em matéria ambiental
 - 3.1- A eco-etiqueta ou rótulo ecológico
 - 3.2- A eco-gestão e as eco-auditorias

- 3.3- O comércio europeu de licenças de emissão
- 4-Planificação ambiental
- 4.1- Avaliação de impacto ambiental estratégico
- 4.2- Planos ambientais
- 4.3- Planos ambientais e planos de ordenamento do território e do urbanismo

V- RESPONDENDO PELO AMBIENTE: RESPONSABILIDADE CIVIL, PEMAL E CONTRA-ORDENACIONAL AMBIENTAL

- 1-A Responsabilidade Civil Ambiental
- 1.2-Problemas e especificidades da responsabilidade ambiental
- 1.3-O Direito Europeu da responsabilidade ambiental
- 1.4- A evolução do regime jurídico português de responsabilidade civil em matéria de ambiente
- 1.5-O regime jurídico da responsabilidade ambiental
- 2- O Direito Sancionatório do Ambiente
- 2.1- Admissibilidade e necessidade do Direito Sancionatório do Ambiente
- 2.2- Alternatividade ou complementaridade da tutela penal e da tutela contra-ordenacional do ambiente?
- 3- O Direito Penal do Ambiente
- 3- O Direito Contra-ordenacional do Ambiente

VI – CONFLITOS ECOLÓGICOS: O CONTENCIOSO DO AMBIENTE

- 1- O Processo Verde
- 1.1- Problemas de jurisdição. A jurisdição administrativa como “tendencialmente verde”
- 1.2- A questão da adequação dos meios processuais. Défice processual de tutela do ambiente?
- 2- A Ação Administrativa e a defesa do ambiente
- 2.1- Em especial, a questão da legitimidade: ação para defesa de direitos subjetivos, ação pública e popular
- 3- A Intimação para a proteção do direito fundamental ao ambiente
- 4-As providências cautelares e a proteção do ambiente

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

TIAGO ANTUNES, «Pelos Caminhos Jurídicos do Ambiente – Verdes Textos», AAFDL, Lisboa, 2014.

MÁRCIA ANDREIA BÜHRING, «Textos de Direito do Ambiente: Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Vasco Pereira da Silva», e-book, ICJP, Lisboa, https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_homenagemprofvps_icjp_23jan2021.pdf

GOMES CANOTILHO, «Introdução ao Direito do Ambiente», Universidade Aberta, Lisboa, 1998.

CARLA AMADO GOMES, «Introdução ao Direito do Ambiente», AAFDL, 4ª edição, Lisboa, 2019.

CARLA AMADO GOMES / TIAGO ANTUNES (COORDEN.), «O Que Há de Novo no Direito do Ambiente? (Actas da Jornadas de Direito do Ambiente – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)», A.A.F.D.L., Lisboa, 2009.

-- «A Revisão da Lei de Bases do Ambiente (Actas do Colóquio)» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

VIRIATO SOROMENHO MARQUES (coordenação), «Estado e Cidadania – O que impede Boas Políticas?», Esfera do Caos, 2007, páginas 25 e seguintes.

VASCO PEREIRA DA SILVA, «Commentary to a Multilevel Court Decision for a Multilevel Public Law Professor. An Hommage to Jacques Ziller», in Diane Fromage (ed.), «Jacques Ziller a European Scholar», European University Institute, Florence, 2022, p. 242.

«Green Constitution: The Right to the Environment», In: Cremades J., Hermida C. (eds) Encyclopedia of Contemporary Constitutionalism. Springer, Cham., 2022, https://doi.org/10.1007/978-3-319-31739-7_160-1

- «”A Constituição nos Tempos de Pandemia” - A COVID-19 no Portugal de 2020», in, « WALTER CLAUDIUS ROTHEMBURG (coord.)Direitos Fundamentais. Dignidade e Constituição – Estudos em Homenagem a Ingo Wolfgang Sarlet», Thoth, Capítulo 18, Thoth, Londrina, 2021.

- «Em Jeito de Agradecimento (“Sem Jeito”)». in MÁRCIA ANDREIA BÜHRING, «Textos de Direito do Ambiente: Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Vasco Pereira da Silva», e-book, ICJP, Lisboa, https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_homenagemprofvps_icjp_23jan2021.pdf

- «O Verde é uma das Cores do Direito Constitucional», in MÁRCIA ANDREIA BÜHRING, «Textos de Direito do Ambiente: Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Vasco Pereira da Silva», e-book, ICJP, Lisboa, https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_homenagemprofvps_icjp_23jan2021.pdf

- «Editorial — The Challenge», in ELPIS v- Law Review n.º. 1 / 2020, ««10 to 15 Minutes on: The effect of the “corona virus” in Global, European and National Law», <http://www.elpisnetwork.eu/elpis-v-law-review-no-1-2020/>

- «Four Short Notes and a Poem on Portuguese Environmental Law in “State of Emergency”» in ELPIS v- Law Review n.º. 1 / 2020, ««10 to 15 Minutes on: The effect of the “corona virus” in Global, European and National Law», <http://www.elpisnetwork.eu/elpis-v-law-review-no-1-2020/>

- «Table Ronde: L'État d' Exception, Nouveau Régime de Droit Commun des Droits et Libertés? Du Terrorisme à l' Urgence Sanitaire - Portugal », in INSTITUT LOUIS FAVOREU, «Annuaire Internationale de la Justice Constitutionnelle XXXV (2020)», Economica / Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2021, p. 527 e ss. - «Portugal: Le Vert est aussi Couleur de Constitution», in INSTITUT LOUIS FAVOREU, «Annuaire de la Justice Constitutionnelle XXXV 2019», Economica / Presses Universitaires d'Aix-Marseille, Paris, 2020, p. 455 e segs.;

-«Quelques Minutes sur le Droit de l' Environnement en État d' Urgence», in «Démocratie, État de Droit et Droits fondamentaux Face à la Pandémie de COVID 19 : Perspectives Croisés», Atas da «Conférence virtuelle de 30 d'Avril 2020», organizada pelo Grupo de Pesquisa Internacional sobre «Démocratie, État de Droit et Droits Fondamentaux», integrado no «UMR DICE -Droit International, Comparé, Européen», do «Institut Louis

Favoreu» e das Universidades de Toulon, de Marseille e de Pau - <https://dice.univ-amu.fr/fr/dice/dice/recherche/axe-3-democratie-etat-droit-droits-fondamentaux>

- «Direito Constitucional e Administrativo sem Fronteiras», Almedina, Coimbra, 2019.

- «Verde Cor de Direito – Lições de Direito do Ambiente», Almedina, Coimbra, 2002.

-- «Ensinar Verde a Direito. Estudo de Metodologia do Ensino do Direito do Ambiente (em “Ambiente de Bolonha”», Almedina, Coimbra, 2006.

VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

***ELEMENTOS COMPLEMENTARES DE ESTUDO
(TRABALHOS PRÁTICOS)***

VASCO PEREIRA DA SILVA / JOÃO MIRANDA / TIAGO ANTUNES / JOSÉ DUARTE COIMBRA, «O Meu Caderno Verde – Trabalhos Práticos de Direito do Ambiente», 3ª edição, AAFDL, Lisboa, 2015.

CARLA AMADO GOMES / TIAGO ANTUNES, «Colectânea de Legislação de Direito do Ambiente», 2 volumes, AAFDL, Lisboa, 2009